

Gestão dos Corpos nas Mídias Contemporâneas: Os Universitários em Pauta

Roberto Rafael Dias da Silva

*Universidade Federal da Fronteira Sul
Chapecó, SC, Brasil*

Elí Terezinha Henn Fabris

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, RS, Brasil*

RESUMO

O artigo examina os modos pelos quais nas mídias contemporâneas faz-se possível visibilizar estratégias de gestão dos corpos dos sujeitos universitários. Toma-se como ponto de partida uma pesquisa que analisou o Caderno Vestibular/ZH, suplemento publicado semanalmente pelo jornal *Zero Hora* (RS) endereçado aos sujeitos em preparação para o ingresso na universidade. Teoricamente a pesquisa aproxima-se dos estudos do filósofo francês Michel Foucault, sobretudo aqueles centrados no conceito de governamentalidade. Analiticamente apontamos que, sob a grade do neoliberalismo americano, os sujeitos universitários são interpelados a administrar seus corpos, tornando-os produtivos para o sucesso em sua vida pessoal e profissional, fazendo com que o eixo dessa gestão opere mais próximo do controle e da regulação do que da disciplina. Enfim, apontamos que a construção de um universitário de sucesso passa pela gestão de seu corpo, um corpo regulado e controlado para competir livre e individualmente nos fluxos neoliberais do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Universitários; gestão dos corpos; governamentalidade; neoliberalismo.

ABSTRACT

Managing Bodies in Contemporary Media: University Students Under Discussion

This paper examines how university subjects' bodies are seen in contemporary media. We take into consideration a research work analysing the 'Caderno Vestibular/ZH', a supplement *Zero Hora* newspaper targets to subjects entering university. In theoretical terms, the research is close to French philosopher Michel Foucault's studies, particularly those works about governmentality. In analytical terms, we point out that, under the American neoliberalism, university subjects are led to manage their bodies to become more apt to success in their personal and professional lives, so that this management works closer to control and regulation rather than to discipline. Thus we point out that the construction of a successful university student includes managing his/her body, a body that is regulated and controlled to compete freely and individually in the neoliberal labour market.

Keywords: University students; body management; governmentality; neoliberalism.

RESUMEN

Gestión dos Cuerpos en los Medios de Comunicación Contemporáneos: Los Estudiantes Universitarios en Cuestión

Este artículo analiza las formas en que los medios de comunicación contemporáneos permite visualizar las estrategias de manejo de los cuerpos de los sujetos universitarios. Toma como punto de partida para la investigación que examinó la Vestibular/ZH, suplemento semanal publicado por el diario *Zero Hora* (RS) abordó el tema de la preparación para el ingreso a la universidad. Teóricamente, los enfoques de investigación de los estudios del filósofo francés Michel Foucault, especialmente las centradas en el concepto de gobernabilidad. Analíticamente señaló que debajo de la parrilla neoliberalismo americano asignaturas universitarias tienen el reto de gestionar sus cuerpos, por lo que productiva para el éxito en su vida personal y profesional, por lo que el eje de este gobierno para operar más cerca del control y regulación que la disciplina. Por último, señalar que la construcción de un éxito de la gestión universitaria en su cuerpo, un cuerpo regulado y controlado para competir de forma individual en el mercado libre de trabajo y los flujos de neoliberal.

Palabras clave: Universidad; gestión de los cuerpos; gubernamentalidad; neoliberalismo.

GESTÃO DOS CORPOS NAS MÍDIAS CONTEMPORÂNEAS: OS UNIVERSITÁRIOS EM PAUTA

Todos têm consciência de que tais fatos são banais. Porém, o fato de serem banais não significa que não existam (Foucault, 1995, p. 233).

Instaurar um campo de problematizações para determinada questão passa pelos modos como estamos compreendendo o mundo: suas condições políticas, suas marcas culturais ou sua historicidade. Articula-se com aquilo que estamos tratando de forma naturalizada, sedimentada pelos regimes de verdade que se instauram em determinadas épocas. Deslocar determinada problemática do campo do banal e interrogá-la nas multiplicidades do presente constitui-se o desafio que assumimos para este texto. Aceitar tornar problemáticas algumas questões é afastar-se das buscas por soluções, que possivelmente instalariam outros cenários cristalizados. Numa perspectiva foucaultiana, problematizar não assume uma tarefa propositiva, “não a de reformar, mas de instaurar uma distância crítica, de ‘desprender-se’, de retomar os problemas” (Revel, 2005, p. 71).

Nesta direção, partimos da perspectiva de que a condição de estudante universitário – como imagem de sujeito e como prática – é algo produzido nas diferentes tramas culturais da Contemporaneidade. Ao descrevermos a constituição de determinado sujeito, não o consideramos como um dado primordial ou natural. Ao afirmarmos que o sujeito é constituído, neste estudo, não tratamos o universitário como um centro analítico; antes disso, interessa saber como essa noção tem sido engendrada. A inspiração no campo dos Estudos Foucaultianos auxilia-nos a entender que “não existe uma ordem objetiva subjacente em tudo o que acontece e que não há uma finalidade única para a qual tudo deve entender” (Rajchman, 1987, p. 47). Rajchman argumenta que, segundo essa perspectiva, Foucault utiliza suas pesquisas contra as rotinas ou as realidades estabilizadas, fazendo de sua filosofia um espaço de liberdade, na medida em que “vê a liberdade numa profunda e anônima contingência em seu presente” (Rajchman, 1987, p. 55). Então, com a atitude de verificação constante de desafio às verdades estabelecidas, mobilizamos a composição desse texto.

A produção deste artigo é derivada de uma pesquisa desenvolvida na área das Ciências Humanas, mais especificamente na Educação, em que tomamos como questão investigativa os modos pelos quais os sujeitos universitários são constituídos na Contemporaneidade, tomando como preferência

analítica os regimes de práticas que emergem das capas dos cadernos “Vestibular/ZH”, suplemento publicado semanalmente pelo Jornal Zero Hora (RS) endereçado aos estudantes que aspiram ao ingresso na universidade (Silva, 2010; Silva e Fabris, 2010). Do ponto de vista metodológico, em um primeiro momento partimos de uma leitura dos enunciados que irrompiam das tramas enunciativas do material. Essa leitura dos enunciados partia de uma compreensão destes materiais enquanto monumentos (Foucault, 2007a) que poderiam ser lidos em seu volume e em sua exterioridade. Em um segundo movimento investigativo esta leitura das exterioridades lançou-nos para buscar tornar visíveis os regimes de práticas que conduziam as condutas destes sujeitos, uma vez que tal inspiração metodológica trata-se “de um estudo das práticas organizadas através das quais somos governados e governamos a nós mesmos, o que chamaremos aqui de regimes de práticas ou regimes de governo” (Dean, 1999, p. 18).

Considerando a pesquisa em questão, assim como a teorização que orienta tais movimentos investigativos, procuramos mapear neste breve artigo algumas das táticas de gestão do corpo dos sujeitos universitários que se multiplicam nas tramas enunciativas do caderno Vestibular/ZH. O sujeito universitário produzido na cultura do novo capitalismo (Sennett, 2006) é encaminhado a lançar-se na busca pelo sucesso em um mercado que prima por aqueles aptos às mudanças rápidas e ao empreendedorismo. Com isso queremos mostrar que tal perspectiva produz ressonâncias na gestão dos corpos dos sujeitos universitários. Para visibilizar esta argumentação, organizamos este artigo em três seções.

Na primeira seção descrevemos o neoliberalismo americano como a grade de inteligibilidade na qual tal gestão dos corpos dos universitários é potencializada. Na segunda seção, desde o uso do conceito foucaultiano de governamentalidade, apresentamos os modos de governar no liberalismo contemporâneo procurando marcar as condições de possibilidade da investigação que temos desenvolvido. Ainda nessa seção evidenciamos os modos pelos quais a noção de gerenciamento adquire relevância nas práticas sociais contemporâneas e, ao mesmo tempo, indicamos algumas concepções acerca das mídias que orientaram os movimentos aqui descritos. Por fim, tentamos mostrar algumas das táticas mobilizadas pelo Caderno Vestibular/ZH no que se refere à gestão dos corpos dos sujeitos universitários. No limite, esta teorização encaminha para uma perspectiva de que os sujeitos universitários são constituídos na Contemporaneidade em uma lógica empresarial, tendo suas condutas conduzidas por um conjunto de

regimes de práticas visibilizados nas capas do caderno Vestibular/ZH, onde se multiplicam estratégias e táticas microfísicas de gestão governamental. Entendemos que para quem trabalha com esses sujeitos, em qualquer área, é importante conhecer algumas dessas tramas que os enredam e constituem.

O NEOLIBERALISMO COMO UM REGIME DE PRÁTICAS

Colin Gordon (1991), ao comentar os entendimentos foucaultianos sobre o liberalismo, em especial, do curso “O Nascimento da Biopolítica”, procura sistematizar alguns dos movimentos que fazem com que o filósofo compreenda o liberalismo como um modo de pensar a arte de governar. Nessa perspectiva, “o liberalismo encarrega-se de determinar como o governo pode ser viável, o que pode fazer e a que ambições precisa renunciar para ser capaz de realizar o que está em seu próprio poder” (Gordon, 1991, p. 15). Procurando marcar a historicidade que atravessa a constituição do liberalismo, Foucault apresenta dois estágios para essa virada político-epistemológica que dá condição ao surgimento do liberalismo.

O primeiro estágio estaria vinculado ao movimento dos fisiocratas. Os fisiocratas entendiam que as relações econômicas constituem uma “quase-natureza”, ou seja, a sociedade e sua economia são governadas em respeito às leis dessa natureza, “a capacidade autônoma da sociedade civil de gerar sua própria ordem e sua própria prosperidade” (Gordon, 1991, p. 15). O outro estágio estaria ligado à teoria da “mão invisível”, de Adam Smith, que também prima pela auto-regulação do mercado, mas amplia as teses fisiocratas ao trabalhar com a hipótese de que a liberdade econômica também é produtiva ao governo.

Essas concepções liberais colocariam em evidência uma incompatibilidade entre os sujeitos de interesses e as unidades jurídicas de governo. Foucault seguirá argumentando que, para operar nesse tensionamento, as teorias liberais criarão a noção de “sociedade civil”.

O que cabe ao liberalismo é algo diferente: a construção de um complexo campo de governamentalidade, em que a subjetividade econômico-jurídica pode da mesma forma ser situada como relativos momentos, aspectos parciais de um elemento mais globalizador. O papel preponderante que vem a desempenhar neste esforço de construção e invenção é, para Foucault, o traço da teoria liberal da sociedade civil (Gordon, 1991, p. 22).

O termo “sociedade civil” espalhou-se no século XVIII; porém, não como sinônimo de sociedade jurídica. O sentido produzido, conforme Gordon, é o de que todos os indivíduos fazem a sociedade. Essa afirmativa, inspirada em Smith, “atribui ao interesse econômico privado como o motor da prosperidade pública sendo estendido para abranger toda a sociedade” (Gordon, 1991, p. 22). A sociedade constrói a si mesma pela ação livre de seus indivíduos. Ao mesmo tempo, a produção de uma sociedade civil seria uma estratégia de seguridade, visto que os próprios cidadãos dessa sociedade respondiam pela aceleração do aparecimento de uma população pobre. Gordon atribui a essa caracterização o caráter dual da noção de sociedade civil: um indivíduo livre economicamente, mas potencialmente responsável pela sociedade em que vive. Essas caracterizações serão levadas ao limite na emergência do neoliberalismo.

Milton Friedman, em seu clássico da teorização econômica contemporânea, *Capitalismo e Liberdade* (1977), apresenta algumas das bases teóricas inspiradoras da ressignificação do liberalismo na segunda metade do século XX. O autor explica que as formas variáveis do capitalismo do final do século XIX e boa parte do século XX teriam conduzido a uma perda dos sentidos clássicos do liberalismo, em especial no período posterior à Segunda Guerra, com a emergência dos modelos de Estados centrados na assistência, aqueles caracterizados como Estados de Bem-Estar Social. Segundo o economista ganhador do prêmio Nobel de Economia de 1976 e uma referência central da chamada Escola de Chicago, berço das teorizações neoliberais norte-americanas, haveria de se retomarem os princípios do liberalismo clássico, uma vez que a liberdade política daquele período estava colocando em risco a liberdade econômica, prática central dentro dessa configuração.

Ao anunciar o objetivo principal do livro, Friedman (1977) expõe uma tematização que se tornará chave para os entendimentos dos cenários do capitalismo na Contemporaneidade:

Seu tema principal é o papel do capitalismo competitivo – a organização da maior parte da atividade econômica através da empresa privada operando num mercado livre – como um sistema de liberdade econômica e condição necessária à liberdade política. Seu tema secundário é o papel que o governo deve desempenhar numa sociedade dedicada à liberdade e contando principalmente com o mercado para organizar sua atividade econômica (Friedman, 1977, p. 13).

O teórico da Escola de Chicago marca as duas teses que desenvolverá ao longo do seu livro: a empresa privada operando em um mercado livre e a relação entre governo e liberdade na condução das atividades econômicas. Para tanto, esse governo no “Estado da Liberdade”, tal como é nomeado por Friedman, lança mão de duas estratégias: o papel regulador do governo (p. 33) e a responsabilização dos indivíduos (p. 21). Com essas estratégias, o neoliberalismo americano movimentou-se, conforme o economista, na promoção da liberdade econômica: seja no âmbito das nações e das empresas (na ordem do capitalismo competitivo), seja no âmbito do indivíduo (como entidade principal da sociedade).

Ao mesmo tempo em que observa a necessidade de práticas de governo reguladoras (insistimos, na sociedade e no indivíduo), Friedman vai tecendo inúmeras rejeições ao papel centralizado de um governo de Estado, entendendo que este fere a diversidade e a liberdade humanas. Recorre ao Estado de Bem-Estar Social, assim como às economias planificadas do socialismo, para mostrar o caráter de estagnação política e econômica que as práticas de governo promovem. Coloca-se, enfim, na defesa e na promoção da liberdade econômica.

Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro (Friedman, 1977, p.19).

Tomar a liberdade econômica como objetivo último e deixar “os problemas éticos a cargo do próprio indivíduo” (Friedman, 1977, p. 21) fazem com que os modos de governar, na Contemporaneidade, ganhem em sutileza e refinamento. Michel Foucault, em suas aulas no curso “O Nascimento da Biopolítica”, no ano de 1979, mostrou os modos como o liberalismo era atravessado pela perspectiva de que “se governa demais”. Com isso, talvez possamos entender que a “reflexão liberal não parte da existência do Estado, encontrando no governo um meio de atingir essa finalidade que ele seria para si mesmo, mas da sociedade que vem a estar numa relação complexa de exterioridade e de interioridade em relação ao Estado” (Foucault, 1997a, p. 91). Em outras palavras,

com a premissa da liberdade econômica e com o consequente entendimento de que a liberdade política é pesada (governa-se sempre demais), a tarefa do governo é derivada para o conjunto da sociedade. A razão de Estado, visível nas sociedades disciplinares, é diluída em uma “razão governamental”, “ou seja, dos tipos de racionalidade que atuam nos procedimentos através dos quais se dirige a conduta dos homens por meio de uma administração estatal” (Foucault, 1997b, p. 94).

É preciso enfatizar que o novo liberalismo, descrito em detalhes por Friedman, intensifica essa gestão governamental, assim como a amplia. O liberalismo clássico entendia a liberdade econômica na ordem da natureza, enquanto que o neoliberalismo, em especial este que analisamos na versão norte-americana, entende que a liberdade econômica deve ser permanentemente produzida, estendida e ramificada.

Esse neoliberalismo americano busca estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a domínios não exclusivamente ou não prioritariamente econômicos. No caso, a família e a natalidade ou a delinquência e a política penal (Foucault, 1997b, p. 96).

Com o entendimento de que a racionalidade governamental produzida nas tramas do neoliberalismo se multiplica para espaços não exclusiva ou prioritariamente econômicos é que, em nossa pesquisa, passamos a considerar a mídia como uma das estratégias que potencializam práticas governamentais. O liberalismo americano também se propõe a pensar a educação, mesmo que em alguns momentos a delibere ao próprio indivíduo. Milton Friedman, na obra já citada, diferencia dois processos educacionais: um primeiro, tomado como educação geral que é tornada possível a toda a população, e um segundo, identificado como preparação profissional e vocacional, destinado àqueles que ingressarão no mercado de trabalho. Essa preparação vocacional e profissional opera sob a égide de um novo conceito: o capital humano. “Sua função é aumentar a produtividade econômica do ser humano” (Friedman, 1977, p. 90). Nesse campo de relações, intensificam-se as relações de governo das condutas, seja no nível do indivíduo, seja no nível da população. Na seção que segue, discutiremos os modos pelos quais as condutas dos sujeitos universitários são reguladas nas configurações aqui descritas.

SOBRE A GOVERNAMENTALIDADE E ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DAS SUBJETIVIDADES

Ao produzir alguns entendimentos acerca dos modos de constituição dos sujeitos na Contemporaneidade, emerge com bastante força das teorizações foucaultianas a noção de governo. Talvez poderíamos afirmar, seguindo as orientações do próprio Foucault, que sujeito e governo sejam o centro analítico de sua produção. Supondo que governar não é o mesmo que reinar ou comandar, nem é algo aprisionado a um sujeito ou função, indica-se que “o governo consubstancia uma certa forma de atingir fins políticos, mas que é descrita pela ação calculada sobre as forças, as atividades e as relações que constituem o conjunto da população” (Ó, 2003, p. 29). Dito de outra forma, estuda-se a governamentalidade desde as exterioridades, procurando deslocar-se das instituições, das funções sociais e do privilégio dos objetos (Foucault, 2008). Enfim, interessa pensar a constituição de tais sujeitos desde as táticas e as estratégias mobilizadas desde as racionalidades governamentais (Foucault, 2008). Desde a mobilização destes conceitos, pensamos que na exterioridade do material analisado é possível notar estratégias que buscam a administrar a subjetividade dos sujeitos universitários.

Interessa dizer que a administração contemporânea das subjetividades tem se caracterizado pelo menos por três aspectos, tal como explica Nikolas Rose (1999). A primeira caracterização seria que, cada vez mais, as capacidades pessoais e subjetivas das pessoas têm sido agregadas aos interesses e aos projetos públicos. A segunda caracterização remete à ideia de que “a administração da subjetividade tem se tornado uma tarefa central da organização moderna” (Rose, 1999, p. 32). A terceira, decorrente das anteriores, é que temos assistido ao aparecimento de um conjunto de novos especialistas das subjetividades: terapeutas de várias ordens têm povoado os diferentes campos sociais com a intenção de administrar as condutas dos sujeitos. Entretanto, ainda cabe destacar que os próprios sujeitos são chamados a gerenciar suas subjetividades, levando para o interior destas um dos princípios das democracias liberais.

Os cidadãos de uma democracia liberal devem se regular a si próprios; os mecanismos de governo constroem-nos como participantes ativos em suas vidas. Não se pensa mais que o sujeito político seja motivado meramente por um cálculo de prazeres e de dores. O indivíduo não é mais, naquilo que concerne às autoridades, meramente o possuidor

de capacidades físicas a serem organizadas e dominadas através da inculcação de padrões morais e hábitos comportamentais (Rose, 1999, p. 43).

Sistematicamente, podemos entender que as estratégias e as táticas de governo das subjetividades operam infiltrando-se, minuciosamente, no “processo de regulação no interior mesmo de nossa existência e experiência como sujeitos” (Rose, 1999, p. 43). Seguindo as pistas de Foucault e de alguns de seus comentadores, entendemos que o sujeito universitário constituído nas tramas do neoliberalismo emerge como “um empresário de si mesmo” (Silva e Fabris, 2010; Silva, 2010). Aponta-se, especialmente no neoliberalismo americano, uma generalização da forma empresarial em todos os regimes de condução das condutas (Gordon, 1991). No jogo da empresa, entendido como princípio organizador das sociedades neoliberais, a condição de sujeito é vista como “assumindo a forma de uma espécie de individualismo que envolve moldar a vida da pessoa como a empresa de si mesmo” (Peters, 2002, p. 221).

Explorando um pouco mais expressões como “empresa”, “cultura de empresa” ou mesmo “jogo da empresa”, nota-se que elas passam a constituir todo um vocabulário pedagógico e psicológico da Contemporaneidade.

Elas fornecem, ao mesmo tempo, uma análise da mudança e uma prescrição para ela: a educação é um setor-chave na promoção da vantagem competitiva econômica nacional e na prosperidade nacional futura. No passado, houve uma ênfase demasiada nos objetivos sociais e culturais e uma ênfase insuficiente nos objetivos econômicos dos sistemas educacionais. Aqui para diante, devemos investir pesadamente na educação como a base para um crescimento econômico futuro, redesenhando os sistemas educacionais de forma que atendam às necessidades do comércio e da indústria. O imperativo econômico é o que predomina (Peters, 2002, p. 222).

Observamos, então, na descrição dos processos educativos do neoliberalismo americano feita por Peters, que a educação exerce uma função central como base para o desenvolvimento econômico, o grande imperativo das sociedades. Nos cenários de uma administração das subjetividades e de um empresariamento de si, a outra grande noção, associada a estas, que ganha visibilidade é a de “gestão”. Há uma pulverização discursiva dessa palavra (gestão cultural, gestão alimentar, choque de gestão, gestão

corporativa, etc.) em diferentes espaços sociais. Utilizamos essa noção como elemento articulador das táticas que descrevemos nesta breve seção. Apontamos como táticas de condução das condutas dos sujeitos universitários a gestão dos corpos, a gestão dos tempos, a gestão das carreiras e a gestão das mentes. Para os fins deste texto, pretendemos constituir um campo de visibilidades para uma destas táticas, a saber: a gestão dos corpos dos sujeitos universitários.

GESTÃO DOS CORPOS: A PRODUÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS DE SUCESSO

Invenção datada do período medieval (Burke, 2003), a universidade emerge vinculada à sociedade européia letrada daquele período, ligada principalmente a grupos corporativos (médicos, advogados) ou a igrejas (mosteiros, mesquitas). Quando usamos a noção de sociedades letradas, remetemo-nos à descrição de “grupos sociais cujos membros se consideravam ‘homens de saber’ (docti, erudict, savants, Gelerhrten) ou ‘homens de letras’ (literati, hommes de lettres)” (Burke, 2003, p. 26). Nesse espaço-tempo, dada a aproximação com a Igreja Católica, “a maioria dos professores e alunos das universidades era constituída por membros do clero, muitas vezes membros de ordens religiosas, principalmente dominicanos, que contavam com o mais famoso dos professores medievais: Tomás de Aquino” (Burke, 2003, p. 28).

Nessas sociedades letradas, as universidades exerciam funções no desenvolvimento de secretários de governantes, aristocratas, clérigos ou eruditos, constituindo-se, enfim, como um lugar destinado a poucos. No período entre o século XV e o século XVIII, os universitários tomavam-se como “cidadãos da ‘República das Letras’” (Burke, 2003). Essa espécie de comunidade imaginária por eles instituída desenvolvia práticas comuns, “como a troca de cartas, livros e visitas, para não mencionar modos ritualizados pelos quais os mais jovens demonstravam respeito pelos colegas mais velhos” (Burke, 2003, p. 26). Nesse espaço ritualizado, que talvez ainda conserve muitas dessas marcas na atualidade, a condição de estudante universitário irrompia naquela trama cultural com uma suposta superioridade em relação à parte da sociedade “não-letrada”.

Desde o século XII, as universidades começaram a compor a rotina das grandes cidades europeias. Os letrados, como já referi anteriormente, eram marcados por uma vida pública repleta de visibilidades, na medida em que ocupavam espaços intelectuais fora dos mosteiros. No final da Idade Média, os grupos corporativos, formados por profissionais do direito

e da medicina, “tinham lugar assegurado dentro da universidade medieval e com status fora dela” (Burke, 2003, p. 27). A matrícula, tal como a conhecemos, não era uma prática recorrente. “O aluno era obrigado a vincular-se a um professor” (p. 193). Se não havia processo seletivo ou práticas de matrícula, como eram escolhidos os universitários? “A escolha incluía amizade, conhecimento pessoal, lugar de proveniência, apresentação ou indicação de outrem. Destarte, o professor tinha condições de avaliar o grau de conhecimento dos seus scholares e a sua capacidade para o estudo” (Ullamnn, 2000, p. 194).

No que se refere aos cenários brasileiros, encontramos inúmeras aproximações herdadas das configurações europeias das instituições destinadas à produção do conhecimento, assim como de uma drástica posição de exclusão nos sistemas educacionais. As universidades emergiram na história brasileira no século XIX, entretanto, apenas popularizaram-se no século posterior. Também foi no século XX que, em todo o mundo, ocorreu essa expansão. Conforme dados da Unesco, “o número de matrículas de estudantes em escala mundial passou de 13 milhões em 1960 para 82 milhões em 1995. Dados de 2004 revelam um crescimento para 132 milhões de estudantes” (Neves, 2007, p. 14).

Nesses contextos, a condição universitária no Brasil tem estado na ordem do dia. Um conjunto de programas de inserção nas universidades públicas e privadas foi desencadeado neste país, em especial, na última década. Programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) ou mesmo as cotas para estudantes negros e oriundos de escolas públicas têm pautado as políticas desse setor. Em pesquisas recentes, ganham centralidade investigativa as políticas educativas para o setor; as aproximações com os processos de globalização (Dias Sobrinho, 2005); o acesso e a permanência na educação superior (Zago, 2006), dentre outras.

Algumas dessas análises apontam para a imbricação dos valores da sociedade capitalista contemporânea com as políticas de ensino superior, considerando uma ampla aproximação desses valores na tendência de construir um universitário direcionado aos interesses do mercado de trabalho. Talvez com isso muitos desses olhares ainda constituam uma linguagem marcada pela busca de um universitário crítico, autônomo, mais politizado e esclarecido, havendo tendência de se analisarem as atuais práticas pedagógicas e políticas educativas assinalando-se outros caminhos para um mundo em transformação. Ao mesmo tempo, na argumentação acerca das mudanças contemporâneas, emergem com uma relativa recorrência discursos

ligados à organização da produção em um cenário pós-fordista, no qual surgem questões ligadas à necessidade da formação de um profissional mais qualificado para um tempo de precarização do emprego. Essas perspectivas mantêm-se próximas a uma racionalidade que produziria a emancipação do sujeito e progresso da humanidade, agora redimensionados a partir de a mudança estrutural do capitalismo. Considerando a relevância do cenário descrito, indagamos como são reguladas as subjetividades dos sujeitos universitários? Que investimentos políticos são realizados na gestão e na regulação de seus corpos?

No jogo de administração das subjetividades contemporâneas, o tratamento do corpo não se apresenta de forma secundarizada. Pelo contrário, pois, diferentemente dos regimes disciplinares modernos, atualmente o corpo continua recebendo atenções, talvez de outra ordem. O corpo passa a receber investimentos como uma ferramenta indispensável ao sucesso, na medida em que o sujeito é o gestor de si na manutenção das potencialidades de mercado, a nomeada empregabilidade. Os cuidados ao corpo do universitário têm partido de algumas noções terapêuticas (como excessos, distúrbios, cansaços ou esgotamentos), mas privilegiando a prevenção, o que denota um cenário de regulação do corpo. Nikolas Rose (2001), conforme destacamos acima, argumenta que a administração contemporânea das subjetividades tem feito com que as capacidades dos sujeitos sejam incorporadas às aspirações da própria gestão governamental. Dessa forma, sob essas condições, um corpo saudável não se torna uma prerrogativa biológica, mas uma demanda por corpos aptos às conquistas individuais.

Nessas táticas de gestão dos corpos ocorrem algumas diferenciações no tratamento dado ao corpo em relação aos modos como os modelos disciplinares modernos agiam sobre os corpos. O acento não mais é dado exclusivamente a um corpo quadricularmente disciplinado.

O corpo paradigmático não é mais o corpo mudo forjado pelas disciplinas, mas o corpo e a alma marcados e falados pelos signos, pelas palavras, pelas imagens (os logos das empresas) que se inscrevem em nós de acordo com o mesmo procedimento de máquina de Na Colônia Penal de Kafka: gravando suas palavras de ordem na pele dos condenados (Lazzarato, 2006, p. 107).

Há, enfim, alguns deslocamentos nos modos como os corpos são tratados na Contemporaneidade. Dessa forma, o eixo é deslocado da disciplina para a gestão do corpo. Podemos anunciar que a disciplina

ainda é potente, mas a ênfase é outra, a ênfase está na flexibilidade e não na docilidade dos corpos. Um corpo tende a funcionar como uma máquina predisposta para o sucesso no mercado de trabalho. Os fragmentos logo abaixo começam a traçar um campo de visibilidades para essa tática.

Nesta etapa do ano, podem *aparecer os primeiros sintomas de cansaço e esgotamento mental*. Os primeiros *sintomas* são o *sono exagerado e distúrbios do apetite*. Há quem coma demais e quem esqueça de se alimentar. *Não é hora de ficar doente ou deixar o corpo fraquejar*. Uma *visita ao médico* pode tranquilizar o vestibulando.

(Vestibular/ZH, Edição 559, 27 de junho de 2007, grifos nossos).

– *O vestibulando deve evitar qualquer mudança na vida neste momento*. É importante *não brigar com o namorado, não acertar contas com os irmãos, não começar dieta* e, de preferência, *não se apaixonar* – brinca o professor Ênio Kaufmann, do curso Unificado.

(Vestibular/ZH, Edição 533, 03 de janeiro de 2007, grifos nossos).

As táticas operantes na gestão do corpo dos sujeitos universitários procuram administrar os detalhes da vida desses indivíduos, cuidando até de seu sono e de sua alimentação. As capas das edições começam a apontar os roteiros preparatórios para a última semana anterior ao vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tido como o mais disputado deste Estado. Cuidados com o corpo, como o sono exagerado e os distúrbios de apetite, são apontados não apenas como cuidados com a gestão da vida dos sujeitos, mas como percursos para se obter êxito em um determinado objetivo. A procura de um médico opera como elemento tranquilizador para uma melhor preparação do estudante. As vidas dos estudantes em processo preparatório para a UFRGS devem ser regidas no detalhe.

Uma das capas analisadas (Figura 1) mostra “Os sete pecados capitais dos estudantes”, na edição 562 de 28 de julho de 2007. Aponta algumas posturas perigosas para quem busca a aprovação. Apresentando-se cada um dos “sete pecados capitais” vinculados às formas como os sujeitos universitários se preparam para determinada prova, coloca-se um novo condicionante para a tática de gestão do corpo: a culpa. Apesar dos anjinhos que povoam a capa desse suplemento, não há perdão. O próprio sujeito é responsabilizado e culpabilizado pelos seus modos

de preparação a essa maratona que agora deixa de ser apenas uma seleção de quem estudou, adquiriu mais conhecimentos, mas de quem fisicamente preparou-se para o sucesso. Na proposta de gestão das emoções, sensações ou sentimentos dos sujeitos em uma mídia impressa de caráter diário, faz-se visível um deslocamento para a constituição de públicos. No caso desse suplemento, do público jovem ou, público que busca a universidade. Lazzarato (2006) explica que a regulação corporal destes tempos se move com ações a distância, como as mídias, por exemplo. “Agora que as técnicas disciplinares estruturam-se fundamentalmente no espaço, as técnicas de controle e de constituição de públicos colocam em primeiro plano o tempo e suas virtualidades. O público se constitui através de sua presença no tempo” (Lazzarato, 2006, p. 75).

Os modos de constituição das subjetividades nas sociedades de controle passam a ser exercidos a distância e movimentam-se por espaços não convencionais. Produzir um sujeito universitário, sob esse registro, não

fica circunscrito a uma universidade ou a uma escola, mas opera sob modulação em inúmeros espaços. Não se parte apenas da premissa de um sujeito escolarizado disciplinado, mas procura-se observar a multiplicidade de táticas e de estratégias que potencializam sua constituição. Essa proliferação de táticas tende a não se fixar em identidades sólidas. Como essas táticas operam minuciosamente, “as subjetividades tendem a ser produzidas simultaneamente por numerosas instituições em diferentes combinações e doses” (Hardt e Negri, 2002, p. 353). Os fragmentos abaixo mostram como a gestão dos corpos dos sujeitos universitários multiplica-se por inúmeros espaços possíveis (família, espaços de lazer, salas de aula de cursinhos pré-vestibular, dentre outros).

Sábado

* *Descanso é a melhor dica do dia.* Procure uma atividade que lhe dê prazer, como andar de bicicleta, ouvir música, ler, caminhar ou nadar. Manter-se ocupado ajuda a baixar a ansiedade natural da véspera.

* Se preferir, assista as pré-aulas oferecidas pelos cursinhos. Ficar ao lado de colegas e professores nesta hora pode ajudar.

* *Durma cedo para acordar bem disposto.* É bobagem querer estudar neste dia. Se decidir revisar conteúdo antes da prova, prefira acordar uma hora mais cedo no domingo.

(Vestibular/ZH, Edição 533, 03 de janeiro de 2007, grifos nossos).

Domingo

* Garanta o despertador, com tempo marcado suficiente para chegar ao local de prova às 7h30min, uma hora antes do início do exame.

* *O café da manhã é indispensável.* Coma exatamente o que você está acostumado. Não vá para a prova em jejum. Uma alimentação leve e completa é mais indicada.* Pense que o vestibular não é a solução de sua vida, mas apenas um teste, uma etapa a ser vencida com tranquilidade.

* Leia a prova e pule as questões mais difíceis. Comece pelos testes mais fáceis e vá aumentando o nível de dificuldade.

* *Não se desespere* com as questões que não souber responder. Por mais difícil que seja o curso para o qual você se inscreveu, é possível se classificar sem gabaritar qualquer uma das provas. *Trabalhe com concentração e calma para fazer o máximo possível.*

(Vestibular/ZH, Edição 533, 03 de janeiro de 2007, grifos nossos).



Figura 1. Vestibular/ZH, edição 562, capa.

Dizer que a gestão dos corpos dos sujeitos universitários se movimenta por uma multiplicidade de espaços não implica pensar que essa tática esteja afixada às funções sociais de determinadas instituições. Como forma de finalização deste texto, gostaríamos de destacar dos fragmentos acima os modos como o tempo de lazer ou mesmo o nível de ansiedade são tratados sob um regime individualizado. Os sujeitos são interpelados a administrar seus corpos, tornando-os produtivos para o sucesso em sua vida pessoal e profissional. Assim, podemos afirmar que a gestão dos corpos opera mais próxima do controle e da regulação do que da disciplina. Enfim, apontamos que a construção de um universitário de sucesso passa pela gestão de seu corpo, um corpo regulado e controlado para competir livre e individualmente nos fluxos neoliberais do mercado de trabalho. Esses são alguns investimentos que os universitários precisam fazer para que se sintam incluídos e preparados para o grande momento do Vestibular.

REFERÊNCIAS

- Burke, P. (2003). *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dean, M. (1999). *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage.
- Dias Sobrinho, J. (2005). Educação Superior, globalização e democratização: qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*, 28, 164-173.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus, P. Rabinow & M. Foucault. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. *A arqueologia do saber* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2007b). O nascimento da biopolítica. In M. Foucault. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)* (pp. 89-97). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (2008). *Segurança, população e território*. São Paulo: Martins Fontes.
- Friedman, M. (1977). *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Artenova.
- Gordon, C. (1991). Governmental rationality: an introduction. In G. Burchell, C. Gordon & P. Miller, P. (Ed.). *The Foucault effect: studies in governmentality* (pp. 1-50). Chicago: The University of Chicago.
- Hardt, M. & Negri, A. (2002). *Império* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Neves, C.E. (2007). Desafios da Educação Superior. *Sociologias*, 17, 14-21.
- Ó, J.R. (2003). *O governo de si mesmo: Modernidade pedagógica e encarnações disciplinares do aluno liceal* (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa.
- Peters, M. (2002). Governamentalidade neoliberal e Educação. In T.T. Silva (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos* (pp. 211-224). Petrópolis: Vozes, 2002.
- Rajchman, J. (1987). *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Rose, N. (2001). Como se deve fazer a história do eu? *Educação e Realidade*, 26(1), 33-57.
- Rose, N. (1999). Governando a alma: a formação do eu privado. In T.T. Silva (Org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu* (2ª ed.) (pp. 30-45). Petrópolis: Vozes.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Silva, R. R. D. (2010). Universitários flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo. *Educação UFSM*, 35(2), 259-272.
- Silva, R.R.D. & Fabris, E.H. (2010). O jogo produtivo da educabilidade/governamentalidade na constituição de sujeitos universitários. *Revista Brasileira de Educação*, 15(44), 352-363.
- Ullmann, R. (2000). *A Universidade Medieval*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Zago, N. (2006). Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, 32, 226-237.

Recebido em: 25.01.2012. Aceito em: 24.05.2012.

Autores:

Roberto Rafael Dias da Silva – Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor Adjunto na Área de Fundamentos da Educação na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Eli Terezinha Henn Fabris – Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Enviar correspondência para:

Roberto Rafael Dias da Silva
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Av Dom João Hoffmann, 313 – Bairro Fátima
CEP 99700-000, Erechim, RS, Brasil
E-mail: robertoddsilva@yahoo.com.br